

Goiânia, 15 de abril de 2015

À
Comissão Permanente de Licitação,
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2015
ABERTURA: 22/04/15

A Suprema Comercial Ltda. EPP., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF nº 07.377.015/0001-12, com sede na Rua 12 Qd 19 Lt 46 nº 36 Bairro dos Aeroviários Goiânia-GO, por seu representante legal infra assinado, perante esta digna Comissão de Licitações, apresenta **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**, nos seguintes termos: A presente licitação tem por objeto a **Contratação autorizada e especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças e fluidos originais dos equipamentos medico odontológicos** Conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

No que diz respeito à omissão contida no Edital de Licitação, referente à exigência legal de documentos relativos à qualificação técnica, sob fatos e fundamentos abaixo expostos:

1. A Qualificação técnica exigida para participação em licitações esta descrita no artigo 30º, IV da lei de Licitações e Contratos da Administração Pública 8.666/93, aplicada subsidiariamente ao Decreto 3555/2000. a qual segue:

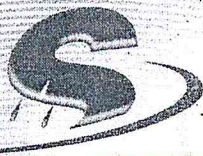
Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

2. Vislumbra-se assim que é requisito obrigatório para qualificação técnica a apresentação de tais documentos:

A SUPREMA COMERCIAL
CNPJ: 07.377.015/0001-12
Divisão de Licitação
Diretor Comercial



A SUPREMA COMERCIAL LTDA.

✓ Saúde
✓ Trabalho
✓ Educação
✓ Assistência Técnica

CNPJ: 07.377.015/0001-12

a) Registro no CREA Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da empresa licitante, com atribuições para executar os serviços licitados, nos termos da lei federal n. 5194, de 24 de dezembro de 1966;

b) Registro do seu responsável técnico junto ao CREA Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, graduado em engenharia elétrica e/ou mecânica e/ou controle e automação e/ou especialização em engenharia biomédica/clinica, com atribuições baseadas na resolução 427/99 e artigo 4 da resolução 278/83 ambas do CONFEA.

c) Comprovação através de (CAT) Certificado de Acervo Técnico, emitido e registrado no CREA, comprovando que a empresa já realizou serviços iguais ou semelhantes ao licitados;

d) Comprovação que a empresa licitante tem no mínimo dois veículos devidamente certificado e vistoriado dentro da legislação sanitária vigente de seu município conforme lei 8741/08

3. Verifica-se, dessa forma, que o edital, não contem como exigencia para participar do certame a apresentação dos documentos deixando de atender as normas estabelecidas pela legislação vigente.

4. Imperioso esclarecer que a administração publica ao tornar publico o referido edital de licitação descumpriu o principio basilar que rege o direito administrativo, em especial o regime de licitações, qual seja: o principio da legalidade. Salienta-se que as normas e documentos relativos para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos devem ser rigorosamente cumpridas, sob pena de restar configurado o prejuízo do interesse coletivo.

5. Diante do exposto acima e com base na legislação citada, requiere-se a procedência da retificação do presente edital de pregão eletrônico nº 007/2015 para fim de determinar que seja feita a adequação necessária, incluindo como condição para participar do processo licitatório os seguintes documentos.

A SUPREMA COMERCIAL LTDA
CNPJ: 07.377.015/0001-12
Divino Webst de Souza
Diretor Comercial

A SUPREMA COMERCIAL LTDA
DIVINO WEBST DE SOUZA
CPF: 789.055.241-68
RG: 3197514 SSP/GO
contato@asupremacomercial.com.br

Boa tarde,

Em atenção ao pedido de esclarecimento tenho a informar que:

O art. 30 da Lei 8.666/93 limita a documentação que **poderá** ser exigida em relação à qualificação técnica não configurando em obrigatoriedade de se exigir todos os documentos constantes de seus incisos. Neste caso, sem que haja descumprimento do Princípio da Legalidade e para dar mais competitividade ao certame, fez a exigência da comprovação da capacidade técnica-operacional (item 40.3, "a") considerando que a contratação é para prestação de serviço de simples execução. Portanto, não há que se falar em retificação do edital, restando mantido o que fora estabelecido,

Att,

Elma Guimarães
Pregoeira

De: "Andreia Fernanda - A Suprema Comercial."
<andreia.fernanda@asupremacomercial.com.br>
Para: licitacao@tjgo.jus.br
Enviadas: Quarta-feira, 15 de abril de 2015 18:00:26
Assunto: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - TJ GO

Boa tarde, segue pedido de esclarecimento para pregão Eletrônico nº 007/2014 .

FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO DESTA

Atenciosamente.. 



Andreia Fernanda - Analista de Licitação
☎ (62)3295-1144
✉ licitacao2.asuprema
🌐 <http://www.asupremacomercial.com.br>